



199

março 2013

Carta Mensal
INTAL

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento



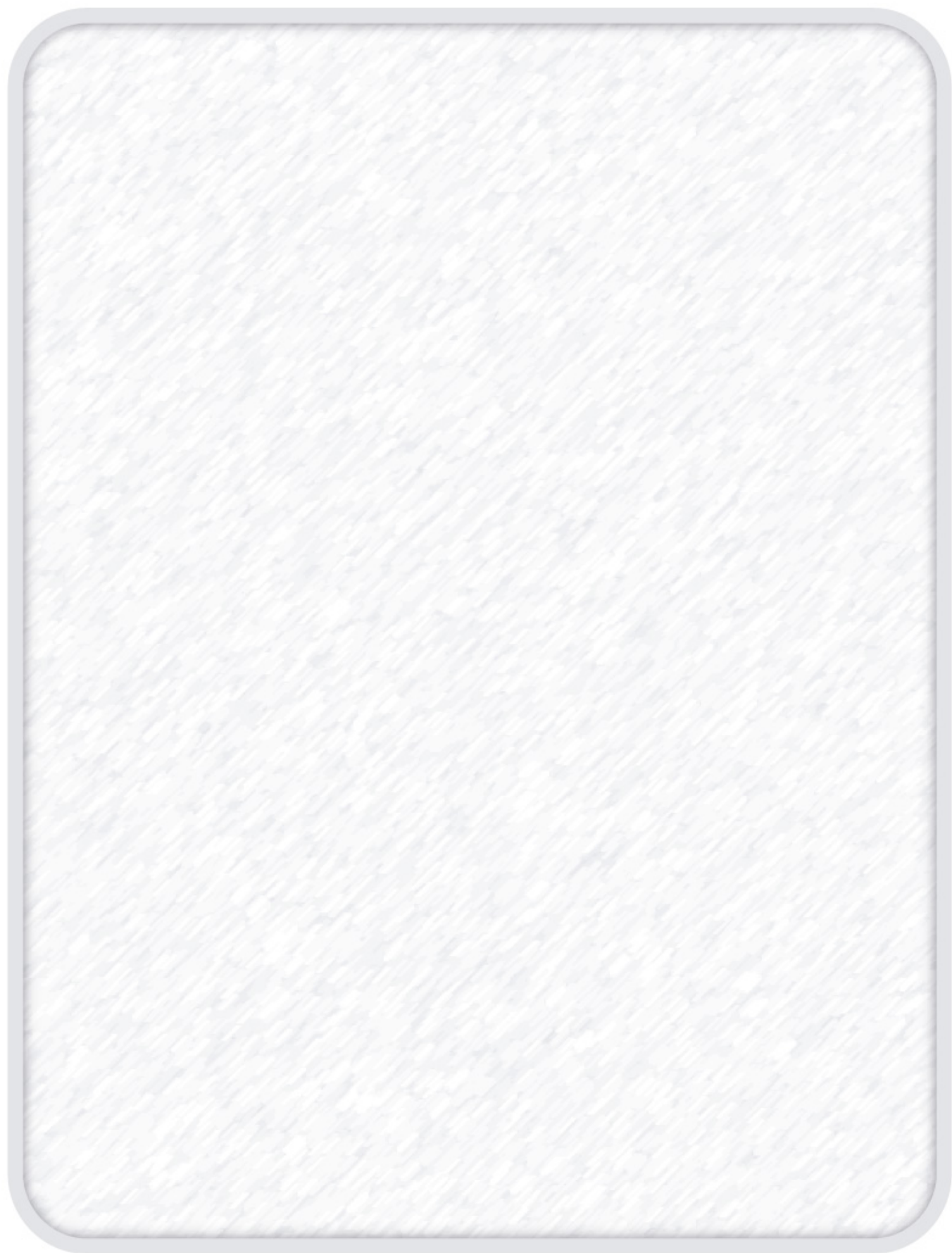


Tabela de conteúdos

Coluna de Análise

Reunião anual do BID	7
Declaración del Presidente Moreno ante el fallecimiento del Presidente Hugo Chávez Frías	8

Blocos de Integração

Caribe

Política energética do Caricom se destaca na reunião do Coted	11
BID apoia expansão do comércio e conectividade no Caribe	13

América Central

As finanças públicas e o emprego: eixos da agenda do BID na América Central e na República Dominicana	15
América Central prepara ações regionais para proteger os cafezais	16
Facilitação do comércio na América Central: harmonização de regulamentos técnicos e análise de obstáculos logísticos	19
América Central e México: em busca de uma associação estratégica	21
Concluídas as negociações entre Costa Rica e Colômbia	23

Comunidade Andina

Assinado TLC entre Colômbia e Coreia do Sul	24
Acordo Comercial entre Peru e União Europeia entra em vigor	29

MERCOSUL

Bolívia e Uruguai assinam acordos de cooperação	30
---	----

Panorama Regional e Global

Reunião de especialistas em comércio, serviços e desenvolvimento	33
--	----

Boletim de notícias do INT

.....	37
-------	----

Outras Atividades do BID

.....	41
-------	----

Atividades do Setor de Integração e Comércio

Avanços nas negociações comerciais da região: nova atualização de Instrumentos Jurídicos de Integração	45
--	----

Centro de Documentação INTAL

Resenhas Bibliográficas

- ROZAS BALBONTÍN, Patricio; BONIFAZ, José Luis; GUERRA-GARCÍA, Gustavo. El financiamiento de la infraestructura: Propuestas para el desarrollo sostenible de una política sectorial. Santiago: Cepal, 2012. 322 p. 51

Alerta Bibliográfica

- 53

Bibliografias em destaque do mês

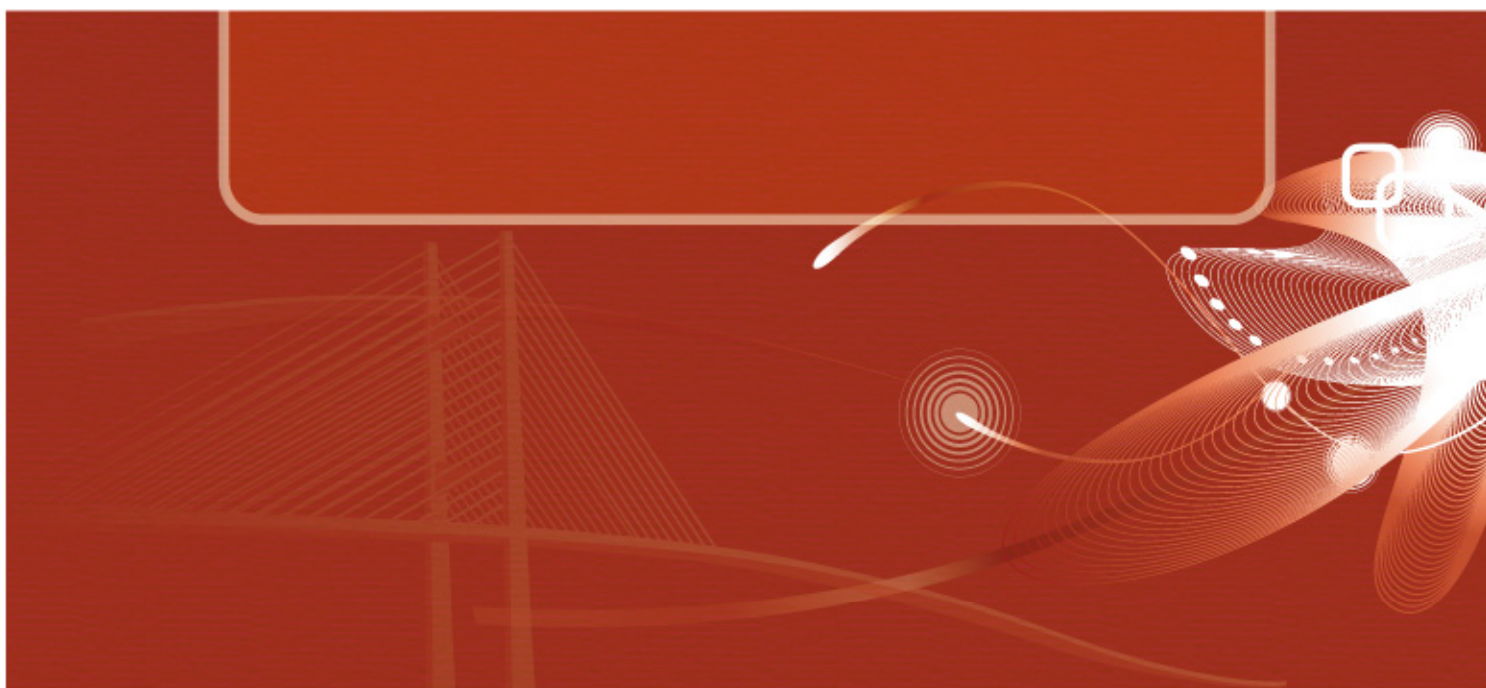
- * Rozas Balbontín, P.; Bonifaz, J. y Guerra-García, G. (2012). El financiamiento de la infraestructura: Propuestas para el desarrollo sostenible de una política sectorial. Santiago: CEPAL. 54
- * Pérez, C.; Soto de la Rosa, H. y Pellandra, A. (2013). Integración social en Centroamérica: Situación al 2012, tendencias y propuestas. México: CEPAL. 56
- * Como mejorar la competitividad de las pymes en la Unión Europea y América Latina y el Caribe. (2013). Santiago de Chile: CEPAL. 59

Redação

- 63



Coluna de Análise





Reunião anual do BID

De 14 a 17 de março foram realizadas na cidade do Panamá as [Assembleias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento \(BID\) e da Corporação Interamericana de Investimentos \(CII\)](#). Nesse evento anual reuniram-se os Governadores dessas instituições (ministros da Fazenda, presidentes de Bancos Centrais ou outras altas autoridades dos países-membros) e representantes de instituições financeiras multilaterais, de desenvolvimento e de bancos privados, com o objetivo de discutir diversos assuntos de interesse.

Entre os documentos apresentados na Assembleia destaca-se o [Informe Macroeconômico da América Latina e do Caribe 2013](#), que assinala que é provável que a região cresça abaixo do seu potencial nos próximos anos: aproximadamente 3,9% no período 2013–17, quase um ponto porcentual a menos que os 4,8% registrados em 2003–07. Entretanto, o documento alerta que seria possível acelerar o ritmo de expansão de cerca de 4% para 6% nos próximos anos se o conjunto dos países da região realizarem reformas nos sistemas de segurança social e financeiros, na infraestrutura, entre outras.

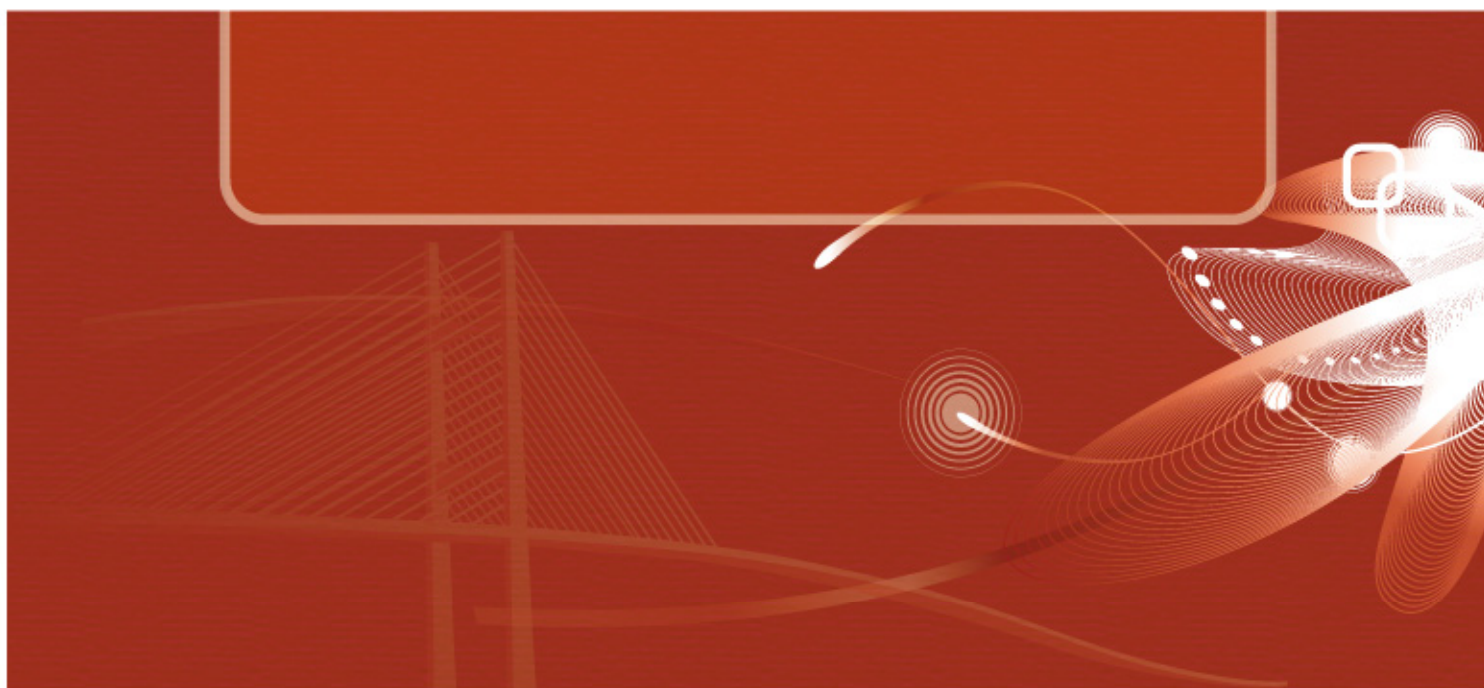
Declaración del Presidente Moreno ante el fallecimiento del Presidente Hugo Chávez Frías

El presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, Luis Alberto Moreno, expresó sus condolencias al gobierno y al pueblo de la República Bolivariana de Venezuela por el fallecimiento de su presidente, Hugo Chávez Frías.

La declaración se encuentra en el siguiente [enlace](#) (conteúdo disponível em espanhol)



Blocos de Integração





Caribe

Política energética do Caricom se destaca na reunião do Coted

No âmbito da 41ª Reunião Especial do [Conselho de Comércio e Desenvolvimento Econômico](#) (Coted, sigla em inglês) da Comunidade do Caribe (Caricom) que se realizou em Trinidad no início de março, foi aprovada provisoriamente, depois de mais de dez anos em processo de projeto, o esboço da política energética regional do bloco, que estabelece as regulamentações relativas ao setor de energia e transporte do mercado comum da Caricom.

O crescente aumento nos preços do petróleo levou a região à necessidade de redobrar os seus esforços para implementar medidas no sentido de reduzir os custos da energia por meio de fontes mais acessíveis, reduzir sua pegada de carbono e trabalhar para aumentar seu atrativo turístico como destino “verde”.

Diante desta realidade, a nova política energética aponta para uma transformação do setor energético, com vistas à eficiência energética da região e à adoção de fontes de energia renovável, dois elementos-chave para manter a competitividade na economia global de hoje em dia.

O primeiro esboço dessa política comum, apresentado na Conferência de chefes de Estado em janeiro de 2007 pelo [Caricom Task force on energy](#) estabelecido em 2003, foi finalmente aprovado em 2010 e apresentado na Reunião Especial do Coted em março de 2011. Desde então, esteve sujeito à revisão, para ser finalmente respaldado pelos ministros de Energia do bloco na reunião de referência.

O apoio do BID à política energética regional

Em 2010 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Caricom assinaram um Acordo de Cooperação Técnica de US\$ 400.000, para desenvolver um marco estratégico de apoio à política energética da região, o [Caribbean Sustainable Energy Roadmap and Strategy-CARICOM \(C-Serms\)](#) e ao desenvolvimento e à operação de uma plataforma de energia sustentável, a [Caribbean Information Platform on Renewable Energy \(Cipore\)](#). A realização do C-Serms foi acordada na 20ª Reunião entre período de sessões de chefes de Governo da Caricom, realizada na cidade de Belize

em março de 2009, como parte central da estratégia para a mitigação das mudanças climáticas da região.

Para mais informações acesse os seguintes links: [\[1\]](#); [\[2\]](#); [\[3\]](#); [\[4\]](#)

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[O BID libera fundos para a Caricom promover o desenvolvimento de energia sustentável](#)”, *Carta Mensal INTAL Nº 172*, dezembro de 2010.
- BID-INTAL. “[Eficiência energética é prioridade na Caricom](#)”, *Carta Mensal INTAL Nº 176*, abril de 2011.

BID apoia expansão do comércio e conectividade no Caribe

Nos dias 18 e 19 de fevereiro realizou-se em Porto Príncipe, Haiti, a 24ª Reunião entre períodos de sessões da Conferência de chefes de Governo da Comunidade do Caribe (Caricom).

Pela primeira vez desde sua adesão à Caricom[1], o Haiti assumiu a presidência do bloco e foi anfitrião de uma Reunião de chefes de Governo do bloco.

Durante a reunião, o presidente do Haiti, Michel Joseph Martelly, destacou a importância de melhorar os serviços de transporte na região para facilitar o movimento de pessoas e bens. De fato, o transporte figura entre as questões de alta importância na agenda da Caricom e este tema, entre outros assuntos importantes, foi tratado na 41ª Reunião Especial do Conselho de Comércio e Desenvolvimento Econômico (Coted, sigla em inglês)[2], convocada especialmente para sua avaliação. Espera-se que as recomendações surgidas nesse encontro sejam apresentadas na próxima reunião do Coted a realizar-se no próximo mês de julho em Trinidad e Tobago, depois que este país tiver assumido a presidência do bloco.

Estratégia Regional do Caribe de Ajuda para o Comércio

A Conferência reunida no Haiti respaldou a Estratégia Regional de Ajuda para o Comércio, cujo projeto foi financiado com recursos da [Iniciativa de Ajuda para o Comércio](#) do BID, considerada uma ferramenta fundamental para a mobilidade de recursos na região, necessária para manter sua competitividade no mercado global. O esboço dessa estratégia tinha sido validado no âmbito da [Reunião de Comércio e Integração do Diálogo de Política Regional](#)[3], que se realizou em Barbados em novembro de 2012, encontro dos países da Caricom com instituições regionais.

As questões de capacidade e conectividade afetam especialmente os países pequenos, como é o caso dos Estados do Caribe, razão pela qual se impõe a necessidade de uma estratégia de alcance regional que vise a potencializar os benefícios da liberalização comercial. Em função desta necessidade, desenvolveu-se a Iniciativa com os objetivos de: melhorar a infraestrutura econômica; aumentar a competitividade e facilitar a expansão, a diversificação comercial e a ampliação do setor privado; aprofundar a integração regional da Caricom e a Organização dos Estados do Caribe Oriental (Oeco); e maximizar as oportunidades de acesso derivadas dos acordos comerciais. Com o objetivo de alcançar estas metas, será dada prioridade aos projetos de transporte marítimo, de tecnologias da informação e comunicação (TIC) e de energia.

A Estratégia é financiada com recursos do [Fundo Estratégico do BID de Ajuda para o Comércio](#) lançado pela instituição em 2008, com o propósito de apoiar os setores público e privado da América Latina e do Caribe para se integrarem na economia global. Este fundo fiduciário de múltiplos doadores está destinado a financiar atividades em torno de quatro eixos principais: 1) política comercial, negociação e acordos de implementação; 2) facilitação do comércio e desenvolvimento do setor privado; 3) iniciativas que ajudem a conectar mercados entre si por meio da infraestrutura física, da harmonização de marcos regulatórios e da redução dos custos de trânsito; 4) atividades de ajuste relacionadas ao comércio, para ajudar os países a adotarem a liberalização comercial.

Para mais informações acesse os seguintes links: [\[1\]](#); [\[2\]](#)

[1] Apesar de seu processo de adesão à Caricom ter começado em 1997, o Haiti não foi admitido como membro pleno até 1999 e seu acesso definitivo foi ratificado pelo Parlamento haitiano no dia 13 de maio de 2002. O então presidente Jean Bertrand Aristide assinou o Tratado de Chaguaramas em 4 de julho de 2003 e o livre comércio entre o Haiti e os outros países da região começou oficialmente em 1º de janeiro de 2004. Sua adesão foi interrompida em 2004 com a gestão do presidente Gérard Latortue, para retornar no início de 2006, com a volta à democracia com a eleição do presidente René Préval.

[2] Ver neste mesmo número “[41ª Reunião Especial do Conselho de Comercio e Desenvolvimento Econômico da Caricom](#)”.

[3] A Rede de Comércio e Integração do Diálogo de Política Regional é coordenada pelo Setor de Integração e Comércio do BID e assegura um fórum para a discussão e o intercâmbio de conhecimentos entre os tomadores de decisões governamentais da América Latina e do Caribe e o BID, em temas importantes relativos ao comércio e à integração regional e global.



América Central

As finanças públicas e o emprego: eixos da agenda do BID na América Central e na República Dominicana

Nos dias 21 e 22 de fevereiro realizou-se em Antigua, Guatemala, a 27ª Reunião de Governadores do istmo centro-americano e Panamá. Os temas abordados se detiveram na análise dos vários desafios da agenda de desenvolvimento, especialmente no manejo eficiente das finanças públicas, na redução da informalidade e no aumento da produtividade do emprego.

No encontro destacou-se o papel no desenvolvimento da região do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que em 2012 aprovou empréstimos com garantia soberana para o istmo de cerca de US\$ 2 bilhões, 70% mais do que em 2011. Os desembolsos se concentraram nas áreas de meio ambiente e infraestrutura, como se encontra detalhado no Informe de atividades 2012: [“O Banco no istmo centro-americano e na República Dominicana”](#).^[1]

Por sua vez, o programa de 2013 terá como foco investimento social, transporte e infraestrutura, acesso ao crédito rural e redução de vulnerabilidades às mudanças climáticas, para o qual são estimados desembolsos de US\$ 1,5 bilhão.

A reunião é parte das atividades preparatórias para a Reunião Anual de Governadores do BID realizada no Panamá de [14 a 17 de março](#).

Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#); [\[2\]](#); [\[3\]](#)

[1] Leia o resumo do Informe de Atividades no seguinte [link](#).

América Central prepara ações regionais para proteger os cafezais

A região centro-americana está sofrendo o pior ataque do fungo *roya* dos últimos 30 anos. Avalia-se que o fungo, que afeta cerca da metade da área de cafezais do istmo, provocou perdas de US\$ 600 milhões, que equivalem a cerca de 20% do total da colheita. Geograficamente as regiões afetadas se estendem do México ao Peru.

Os representantes dos chefes de Estado da América Central se reuniram em San José, Costa Rica, no dia 20 de fevereiro no âmbito de uma [Cúpula Extraordinária](#), e orientaram o Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC) a elaborar uma estratégia regional para combater o fungo, que será apresentada na reunião extraordinária de Ministros da Agricultura em meados de março no Panamá.

Entre as *causas* do fungo *roya*, encontram-se as mudanças no padrão de chuvas, as variações nos níveis de temperaturas máximas e mínimas em 2012, a vulnerabilidade dos pés de café e a capacidade de contaminação do patógeno. Para conseguir erradicá-lo deve-se renovar a malha, podar as plantas e, além disso, aplicar fungicidas. A recuperação pode demorar até três colheitas. Em 2011 o setor cafeeiro tinha alertado sobre um fungo *roya* depois do excesso de umidade deixada pela [depressão tropical 12-E](#), mas não foi ouvido e em setembro de 2012 o alerta foi reforçado, mas medidas em nível nacional só começaram a ser tomadas no final do ano.

O [CAC tinha se reunido nos dias 18 e 19 de fevereiro](#), antes da Cúpula, para analisar temas prioritários da agenda regional. No encontro foram discutidos os planos nacionais que estão sendo aplicados contra o *roya* e delineadas as *medidas conjuntas* com o objetivo de evitar duplicação de programas. A coordenação dos planos é importante em um cenário no qual uma área não tratada pode provocar um agravamento.

O plano teria medidas de curto, médio e longo prazo, implicaria a alocação de cerca de US\$ 300 milhões e forneceria apoio técnico bem como gestão de fundos não reembolsáveis.

A curto prazo devem ser realizados fumigação e restabelecimento de plantações para controlar a praga, diminuir a porcentagem de áreas afetadas e conceder compensação social para os prejudicados. A médio prazo o foco seria oferecer capacitações para tratar a doença, ampliar as informações disponíveis para os produtores, implementar medidas de controle fitossanitário, renovar as variedades mais resistentes a doenças e aumentar a capacidade de prognóstico e monitoramento do comportamento das variáveis climáticas que influem no reaparecimento do *roya*. Finalmente, a longo prazo se espera realizar pesquisas sobre a biologia e o controle do *roya* e o melhoramento genético do café, ao mesmo tempo que deve continuar a formação de recursos humanos sobre o tema.

O BID, assim como outros organismos internacionais e governos externos, ofereceu apoio ao desenvolvimento e implementação desta estratégia. Diante da emergência da situação, vários países centro-americanos divulgaram o alerta e aplicaram medidas para combater o fungo.

Na *Costa Rica* 30 mil hectares (ha) estão afetados de um total de 94 mil. O governo costa-riquenho deve destinar US\$ 4 milhões para capacitação técnica e dotação de agroquímicos. Em 2011 o café foi responsável por 3,6% das exportações totais desse país – equivalente a US\$ 373,6 milhões e cerca de 8% da força de trabalho está vinculada a este setor que, como explica o [ICAPE](#), foi

historicamente importante em termos de sustentabilidade econômica e equilíbrio social.

Quadro 1. Participação do café nas exportações e PIB dos países centro-americanos, 2011

Em milhões de US\$ e %

País	Exportações totais de café	Participação do café nas exportações totais de cada país	Participação do café no PIB de cada país
	<i>US\$ milhões</i>	<i>%</i>	<i>%</i>
Costa Rica	373,6	3,6	0,9
El Salvador	459,7	8,7	2,0
Guatemala	1.170,0	11,3	2,5
Honduras	1.271,3	17,7	7,4
Nicarágua	443,1	19,3	6,1

Fonte: ICO

El Salvador aplicou um plano de distribuição de fungicidas com um valor de US\$ 3 milhões, para que o *roya* não se espalhasse para além dos 40% dos cafezais que já se encontram afetados. Além da entrega de fungicidas e foliares, que beneficiará com insumos 40% do parque cafeeiro cultivado, a totalidade do setor contará com assistência técnica. As exportações de café salvadorenho em 2011 chegaram a US\$ 459,7 milhões, representando 8,7% do total das vendas externas desse país e 2,0% do PIB.

A produção cairia 40% na *Guatemala* e os produtores solicitaram US\$ 30 milhões de apoio – este país é o segundo maior produtor e exportador da região (11,3% de seus envios ao exterior são de café) e décimo produtor em nível mundial –, enquanto a *Nicarágua* tem 37% dos seus cafezais afetados pelo *roya* e até o momento conduziram seus esforços para a capacitação de técnicos em métodos para deter a proliferação do fungo. Em termos de exportações, a Nicarágua é o país onde o café tem maior relevância, explicando um quinto do total.

Honduras, o maior produtor de café da América Central - 42% do total produzido pela região em 2011 (Quadro 2) e sexto produtor mundial - e onde o setor tem maior participação no PIB (7,4%), decidiu pela fumigação de 80 mil ha. Neste país o *roya* afeta 25% dos cafezais. As medidas adotadas somam US\$150 mil, mas segundo o Instituto Hondurenho do Café são necessários cerca de US\$ 4 milhões.

De acordo com dados da [Organização Internacional do Café](#) (ICO, siglas em inglês) esses cinco países centro-americanos são responsáveis por 10,6% da produção mundial do grão (Quadro 2).

Quadro 2. Produção e exportação de café dos países centro-americanos, 2011

Em milhares de sacos* e%

País	Produção total	Exportações totais de café	Participação na produção total regional
	<i>em milhares de sacos</i>	<i>em milhares de sacos</i>	<i>%</i>
Costa Rica	1.462	1.243	10,3%
El Salvador	1.163	1.826	8,2%
Guatemala	3.840	3.697	27,0%
Honduras	5.976	3.947	42,0%
Nicarágua	1.774	1.468	12,5%
Subtotal América Central	14.215	12.181	10,6%
<i>Total Mundo</i>	<i>134.401</i>	<i>104.577</i>	<i>100,0%</i>

Fonte: ICO *Nota: sacos de 60 kg.

Facilitação do comércio na América Central: harmonização de regulamentos técnicos e análise de obstáculos logísticos

Vice-ministros de Integração Econômica Centro-Americana, diretores de Integração, funcionários da Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana e Grupos Técnicos dos países do istmo se reuniram em San José, Costa Rica, de 4 a 8 de fevereiro para realizar a 1ª Rodada da União Alfandegária Centro-Americana do primeiro semestre de 2013.

Seguindo o [Plano de ação](#) aprovado em janeiro pelo Conselho de Ministros de Integração Econômica (Comieco), o trabalho se concentrou nos subgrupos de medicamentos, alimentos e bebidas e insumos agropecuários. Além disso, foi aprovada a [redução para 0% da tarifa de importação para o mancozeb](#), matéria-prima para fungicidas, no âmbito das políticas conjuntas para combater o [ataque do roya](#) que o setor cafeeiro da região está sofrendo.

Os vice-ministros trataram do Acordo de Associação com a União Europeia (AACUE) e do Tratado de Livre Comércio (TLC) com o Chile, considerando que a eliminação dos obstáculos técnicos ao comércio e a homogeneização de medidas sanitárias e fitossanitárias fazem parte [dos compromissos do istmo para implementar o AACUE](#).

Os detalhes da rodada se encontram disponíveis no seguinte [link](#).

As ações contempladas pelo Plano de Ação se complementam com os esforços para facilitar o comércio por meio de melhoras no transporte, na logística e na infraestrutura em geral. Esta é uma das prioridades dos projetos que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realiza na América Central. O Presidente do órgão, Luis A. Moreno, destacou no recente [Fórum Empresarial da Mesoamérica](#) o potencial do istmo para se tornar um [corredor logístico de categoria mundial](#). As iniciativas de integração física, que são implementadas no âmbito do Projeto Mesoamérica, como o Corredor do Pacífico e o Sistema de Interconexão Elétrica dos Países de América Central (Siepac), são apenas alguns dos empreendimentos que o BID apoia financeiramente e por meio de assessoramento técnico, para aprofundar o comércio intrarregional e sua conexão com o restante do mundo.

Nesta linha, é interessante destacar a realização do fórum [“Comércio e Logística na América Central: o caminho para a competitividade”](#) do qual participaram autoridades de comércio e alfândegas dos países da sub-região. No fórum foram discutidas algumas [pesquisas do Banco Mundial](#) relacionadas com os custos de transporte, a infraestrutura e os postos de fronteira e seu impacto no comércio intrarregional, bem como o potencial exportador do istmo.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Biocombustíveis, saúde e infraestrutura na mira do apoio do BID ao Projeto Mesoamérica](#)”, *Carta Mensal N°190*, junho de 2012.
- BID-INTAL. “[BID apoia implementação do Trânsito de Mercadorias na América Central](#)”, *Carta Mensal N°186*, fevereiro de 2012.
- BID-INTAL. “[Projeto Mesoamérica: Corredor do Pacífico](#)”, *Carta Mensal N°178*, junho de 2011.
- BID-INTAL. “[Projeto Mesoamérica: interconexões elétricas](#)”, *Carta Mensal N°178*, junho de 2011.

América Central e México: em busca de uma associação estratégica

No dia 20 de fevereiro realizou-se em San José, Costa Rica, a 1ª Cúpula do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica) e o México, quando ocorreu a segunda visita oficial do presidente mexicano, Enrique Peña Nieto, desde sua posse em dezembro de 2012.[1]

Em [discurso](#), Peña Nieto destacou que uma das cinco metas do seu governo é [fazer do México um ator com maior responsabilidade global](#), começando pela América Central.[2] As primeiras viagens internacionais do mandatário foram a países da América Latina, o que demonstra o interesse do novo governo nesta região com as quais, como afirmou, busca aprofundar as relações.

Em especial, o presidente do México declarou a vontade de [fortalecer a relação política e comercial com seus sócios do istmo](#) e ampliar a cooperação para o desenvolvimento e os investimentos produtivos, bem como apoiar a América Central para que alcance uma integração mais efetiva. Em uma apresentação na Assembleia Legislativa da Costa Rica, Peña Nieto disse que seu governo se compromete a ir além do tratado de livre comércio (TLC) único[3] e que buscaria um [acordo de associação estratégica](#), que incluísse os temas mencionados.

Estas manifestações se refletiram no [comunicado conjunto](#) que os mandatários da América Central e do México realizaram no encerramento da Cúpula, quando expuseram o início de uma nova etapa nas relações, no âmbito das afinidades e coincidências de interesses entre ambas as partes e se comprometeram a ampliar e intensificar as relações políticas e econômicas.

Entre os [compromissos concretos](#) assumidos se destacam:

- Acelerar a entrada em vigor do TLC Único: depois de [a Assembleia Legislativa da Costa Rica ter aprovado o TLC único](#) no dia 26 de fevereiro, só falta a ratificação da Guatemala para que o acordo entre em vigor em todos os países.
- Fortalecer o Mecanismo de Tuxtla, o Projeto Mesoamérica e o Acordo de Yucatán, todos eles relacionados com a cooperação dentro da região e nos quais o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exerce um papel fundamental por meio do financiamento e do apoio técnico aos projetos.
- Realizar uma reunião entre os ministros das Relações Exteriores para explorar fórmulas inovadoras que permitam dar expressão concreta à sociedade México – Sica.
- Formar grupos de trabalho em temas de interesse compartilhado.
- Potencializar o Fundo de Infraestrutura para Países da Mesoamérica e do Caribe.
- Finalmente, o [México apoiará a utilização eficiente de água e o acesso a seguros agrícolas e ferramentas biotecnológicas no istmo](#). Também ofereceu aumentar a cooperação para capacitação técnica e extensão rural.

[1] A primeira visita oficial foi ao [Uruguai](#) em janeiro.

[2] [México y Centroamérica, el camino de la integración](#), 20 de fevereiro de 2013.

[3] A iniciativa de unificar os TLCs que o México tinha com Costa Rica, Nicarágua e os países do Triângulo Norte (El Salvador, Guatemala e Honduras) surgiu em 2008 e foi concluído em novembro de 2011 com a assinatura do acordo. Mais informações no seguinte [link](#).

Concluídas as negociações entre Costa Rica e Colômbia

Depois da [4ª rodada](#) de negociação para chegar a um tratado de livre comércio (TLC), Costa Rica e Colômbia concluíram o acordo nos primeiros dias de março.

Na última rodada [foram terminados os capítulos](#) de defesa comercial, serviços financeiros e os anexos de serviços e investimento. O capítulo dos serviços financeiros, em especial, apresenta como novidade a inclusão do compromisso dos dois países de procurar um marco regulatório que permita a potencial integração de seus mercados de valores.

A Colômbia concedeu à Costa Rica acesso imediato a 69% do universo tarifário, enquanto a Costa Rica ofereceu livre comércio imediato a 70,6%. As mercadorias restantes terão um período de desoneração de 15 anos, só 5% continuarão com a tarifa alfandegária vigente no caso da Colômbia, e 4% no da Costa Rica. Os principais resultados do TLC entre Costa Rica e Colômbia se encontram disponíveis no seguinte [link](#).

A [conclusão dessas negociações](#) representa para a Costa Rica um passo adicional para a sua integração como membro pleno da Aliança do Pacífico, depois da [ratificação do TLC com o México](#) no final de fevereiro e dos [avanços na aprovação do acordo com o Peru no início de março](#).

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“América Central: gestões ativas em matéria comercial”](#), *Carta Mensal N°195*, novembro de 2012.
- BID-INTAL. [“Aproximação da América Central com os países andinos”](#), *Carta Mensal N°194*, outubro de 2012.
- BID-INTAL. [“Agenda comercial centro-americana é bem variada”](#), *Carta Mensal N°192*, agosto de 2012.

Comunidade Andina

Assinado TLC entre Colômbia e Coreia do Sul

No dia 21 de fevereiro foi assinado o Tratado de Livre Comércio (TLC) entre a Colômbia e a Coreia do Sul, negociado durante sete rodadas entre dezembro de 2009 e junho de 2012. O próximo passo para que entre em vigor é a sua aprovação pelo Congresso da Colômbia e pela Assembleia Nacional da Coreia.

Cabe mencionar que este é o primeiro acordo que a Colômbia assina com um país asiático e se configura dentro de uma política mais ampla de aproximação com a região da Ásia-Pacífico. Atualmente o país andino negocia com o Japão e busca assinar tratados com a China [1] e Cingapura. Além disso, a Colômbia tem interesse em entrar no Fórum de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec, sigla em inglês), o que constituiria um caminho adicional para consolidar sua relação comercial com os países que o integram e atrair maiores fluxos de investimento estrangeiro direto. Por sua vez, a Coreia tem Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos, a União Europeia, os países da Associação Europeia de Livre Comércio (Aelc), os da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean, sigla em inglês), a Índia, a Turquia, e na região com o Chile e o Peru.

O TLC com a Coreia permitirá aos colombianos acessar um mercado de quase 50 milhões de consumidores com um PIB per capita de US\$ 23.679 (Tabela 1).

Tabela 1. Colômbia e Coreia: Superfície, População e PIB per capita, 2012

País	Território (Km2)	População	PIB per capita (US\$)
Colômbia	1.141.748	46.771.321	8.127
Coreia	99.720	49.136.000	23.679

Fonte: FMI e CIA World Factbook.

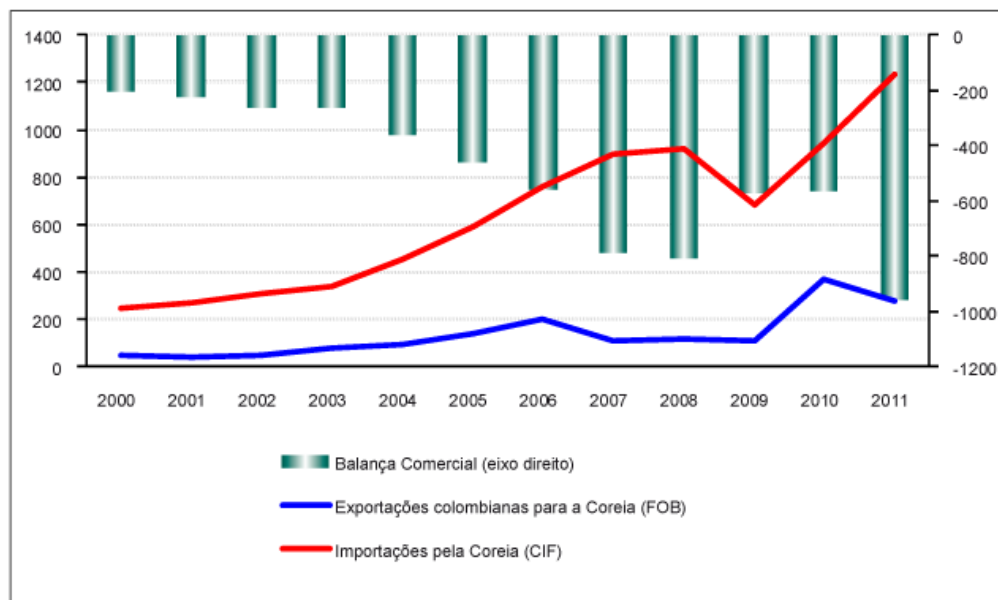
Este TLC é parte dos chamados acordos de última geração, já que inclui bens e serviços e também investimento e cooperação. Contém 22 capítulos referentes a bens industriais e agrícolas, regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, obstáculos técnicos ao comércio, defesa comercial, investimento, propriedade intelectual, comércio e desenvolvimento sustentável e cooperação, concorrência, compras públicas, serviços e solução de controvérsias, entre outros temas relevantes.

Entre as vantagens do acordo para a Colômbia se encontram as maiores oportunidades de mercado e as possibilidades de atrair maior investimento. Em especial, busca-se estabelecer novos vínculos nas cadeias de produção e abastecimento, com a possibilidade de uma maior transferência de conhecimento para o país.

Durante a última década, as exportações colombianas para a Coreia se expandiram a um ritmo médio anual acumulativo (a.a.) de 20,3%, enquanto as importações colombianas do país asiático cresceram 16,6% a.a. no mesmo período (Gráfico 1). O intercâmbio bilateral foi historicamente deficitário para a Colômbia, alcançando um saldo negativo de US\$ 958 milhões em 2011.

Gráfico 1. Exportações, Importações e Balança Comercial da Colômbia com a Coreia do Sul, 2000-2011

US\$ milhões



Fonte: Mincomercio, Colômbia.

Os principais itens exportados para a Coreia são: café, metalurgia, ferro-níquel, petróleo e produtos químicos básicos. Por sua vez, as importações de maior relevância correspondem a veículos, maquinaria e equipamento, bem como produtos químicos, metalurgia e têxteis.

Tabela 2: Composição do comércio entre a Colômbia e a Coreia, 2011

Em US\$ e %

Exportações	US\$ milhares	Participação
Café	97.074	35,2%
Metalurgia	63.377	23,0%
Ferro-níquel	41.419	15,0%
Petróleo	40.499	14,7%
Produtos químicos básicos	9.118	3,3%
Outros	24.661	8,9%
Total exportado para a Coreia do Sul (FOB)	276.148	100,0%
Importações	Milhares US\$	Participação
Automotiva	606.738	49,2%
Maquinaria e equipamento	237.746	19,3%
Produtos químicos básicos	231.708	18,8%
Metalurgia	88.061	7,1%
Têxteis	30.904	2,5%
Outros	38.820	3,1%
Total importado da Coreia do Sul (CIF)	1.233.977	100,0%
Balança comercial	-957.829	

Fonte: Mincomercio, Colômbia.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL, “[Colômbia e Peru em 2012: avanços na agenda comercial externa](#)”, *Carta Mensal Nº 197*, janeiro de 2013.
- BID-INTAL, “[Países andinos implementam acordos de livre comércio](#)”, *Carta Mensal Nº 180*, agosto de 2011.
- BID-INTAL, “[Negociações comerciais de países andinos com a Ásia](#)”, *Carta Mensal Nº 194*, outubro de 2012.

[1]Em 2012 os dois países decidiram realizar um estudo para analisar a exequibilidade de um acordo comercial.

Acordo Comercial entre Peru e União Europeia entra em vigor

No dia 1º de março entrou em vigor o Acordo de Associação entre o Peru e a União Europeia (UE) assinado em 26 de junho de 2012. Também foi anunciado que em breve o mesmo vai ocorrer com a Colômbia.

A UE é o terceiro sócio comercial do Peru, com uma participação de 15,4% do total. Em 2011, as exportações do Peru para a UE foram de US\$ 8,831 bilhões e as importações de US\$ 3,912 bilhões. Espera-se que o Acordo não só contribua para a abertura dos mercados mas também para a geração de novas oportunidades de comércio e investimento, e que favoreça a estabilidade e a previsibilidade da relação econômica entre as partes.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL, “[Colômbia e Peru em 2012: avanços na agenda comercial externa](#)”, *Carta Mensal Nº 197*, janeiro de 2013.
- BID-INTAL, “[Assinado o Acordo Comercial entre UE, Colômbia e Peru](#)”, *Carta Mensal Nº 191*, julho de 2012.



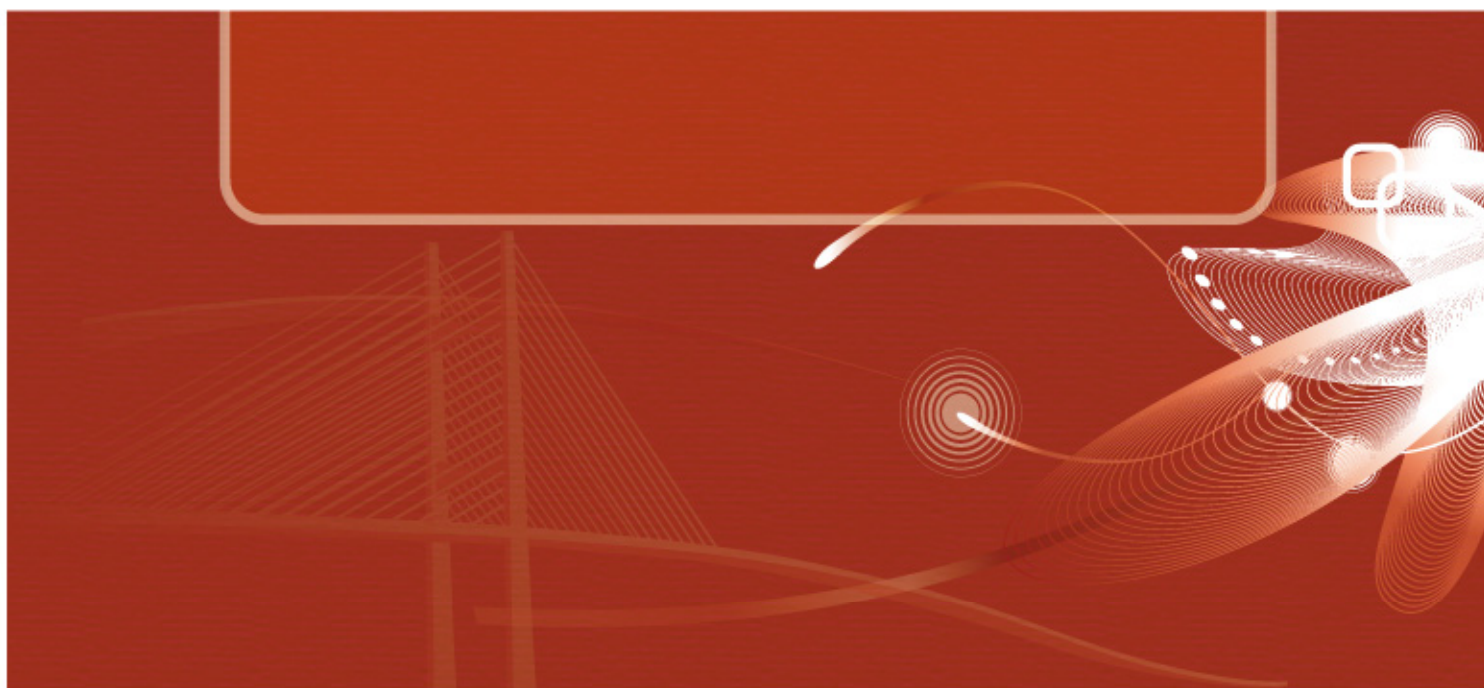
MERCOSUL

Bolívia e Uruguai assinam acordos de cooperação

A Bolívia e o Uruguai assinaram um [Acordo-Quadro de Cooperação Técnica e Científica](#) para a elaboração e execução conjunta de programas e projetos em diversas áreas de interesse: planejamento e desenvolvimento, modernização do Estado, ciência e tecnologia, inovação tecnológica e produtiva, meio ambiente e recursos naturais e outros temas relevantes para a relação bilateral.



Panorana Regional e Global





Reunião de especialistas em comércio, serviços e desenvolvimento

Nos dias 25 e 26 de fevereiro realizou-se em Genebra, Suíça, um encontro organizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad, sigla em inglês). O objetivo do evento foi identificar as melhores práticas para o desenvolvimento de políticas, regulamentações, instituições e negociações internacionais relacionadas com serviços, comércio e desenvolvimento.

Acompanhando o Mandato de Doha na questão de acesso a serviços, as discussões se basearam na busca de marcos adequados de regulamentação e institucionais, que não impliquem barreiras ao comércio.

Representantes de organismos internacionais, setores público e privado, acadêmicos, entre outros, participaram das diversas sessões em que foram discutidas as regulamentações necessárias para atrair investimentos em infraestrutura, a criação de padrões para medir o desempenho dos fornecedores de serviços, a promoção de acesso universal aos serviços, etc.

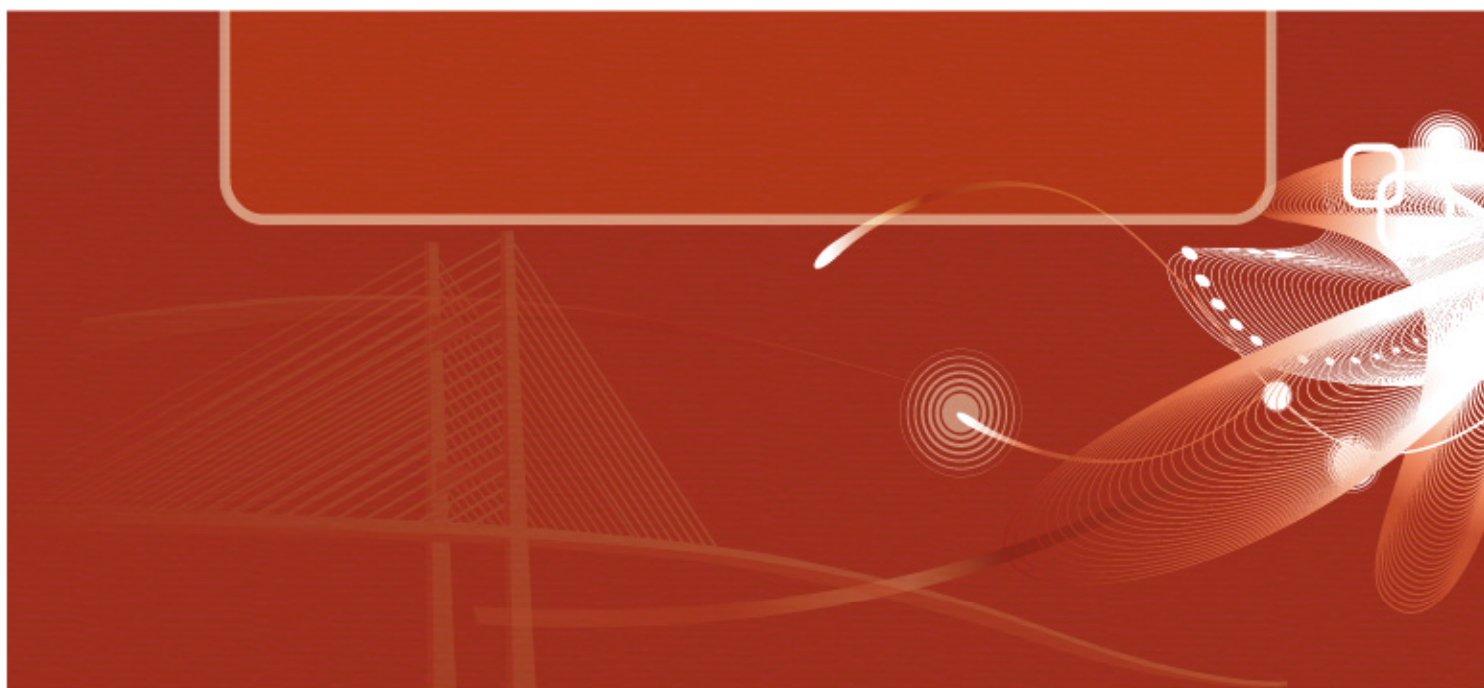
O documento [“Comércio, serviços e desenvolvimento: os desafios regulatórios e institucionais”](#) apresenta um breve resumo dos temas tratados nessa reunião e identifica os serviços de infraestrutura primordiais para o crescimento econômico: transporte, telecomunicações, energia, abastecimento de água e serviços financeiros.

Além disso, enfatiza a necessidade de contar com uma boa regulamentação e instituições sólidas para otimizar sua contribuição e destaca que os principais desafios nesses campos se encontram em atrair e conservar os investimentos, estimular a inovação, assegurar o acesso universal aos serviços e criar e habilitar um marco institucional coerente.

Por último, os especialistas ressaltaram que não existe um modelo único que sirva para enfrentar todos estes desafios e que a regulamentação deve se adaptar às características setoriais e às condições locais específicas.



Boletim de notícias do INT



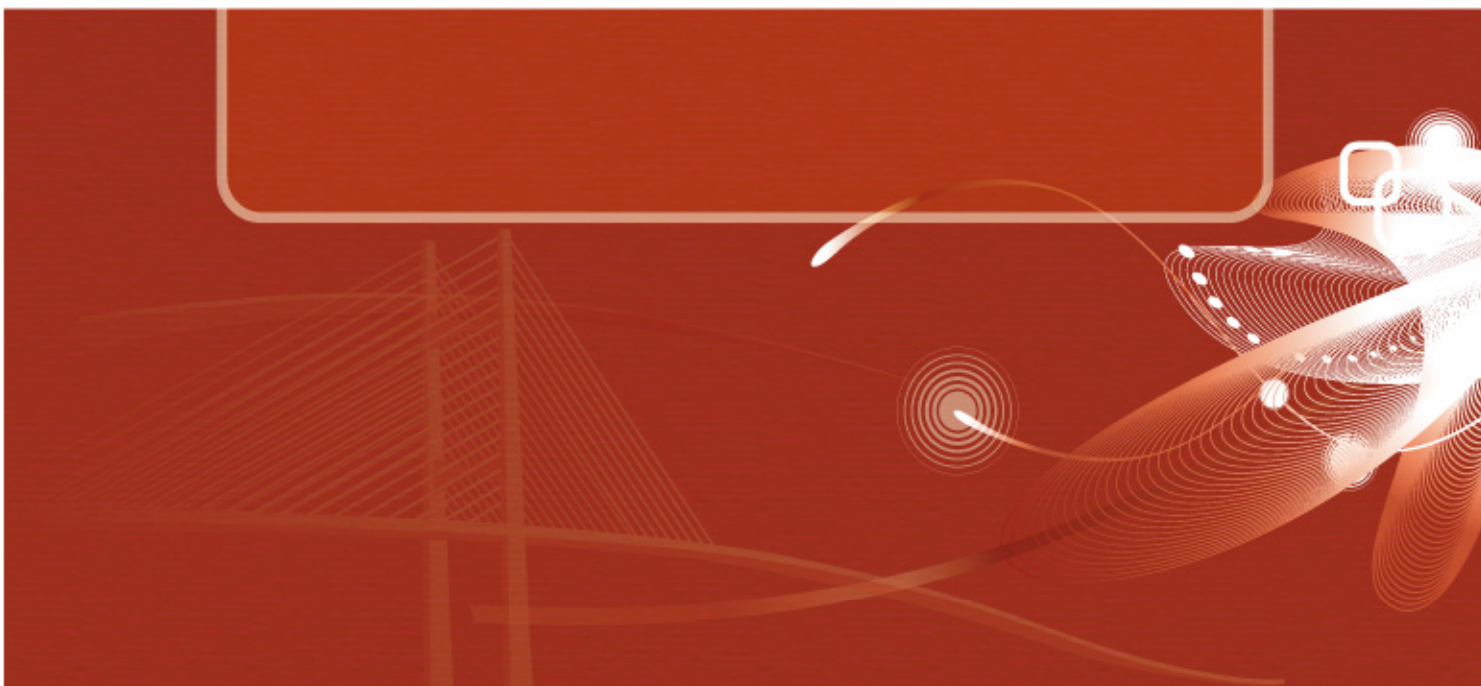


Setor de Integração e Comércio

Visite o número mais recente do Boletim do Setor de Integração e Comércio para mais atividades, eventos e publicações ([link](#)).



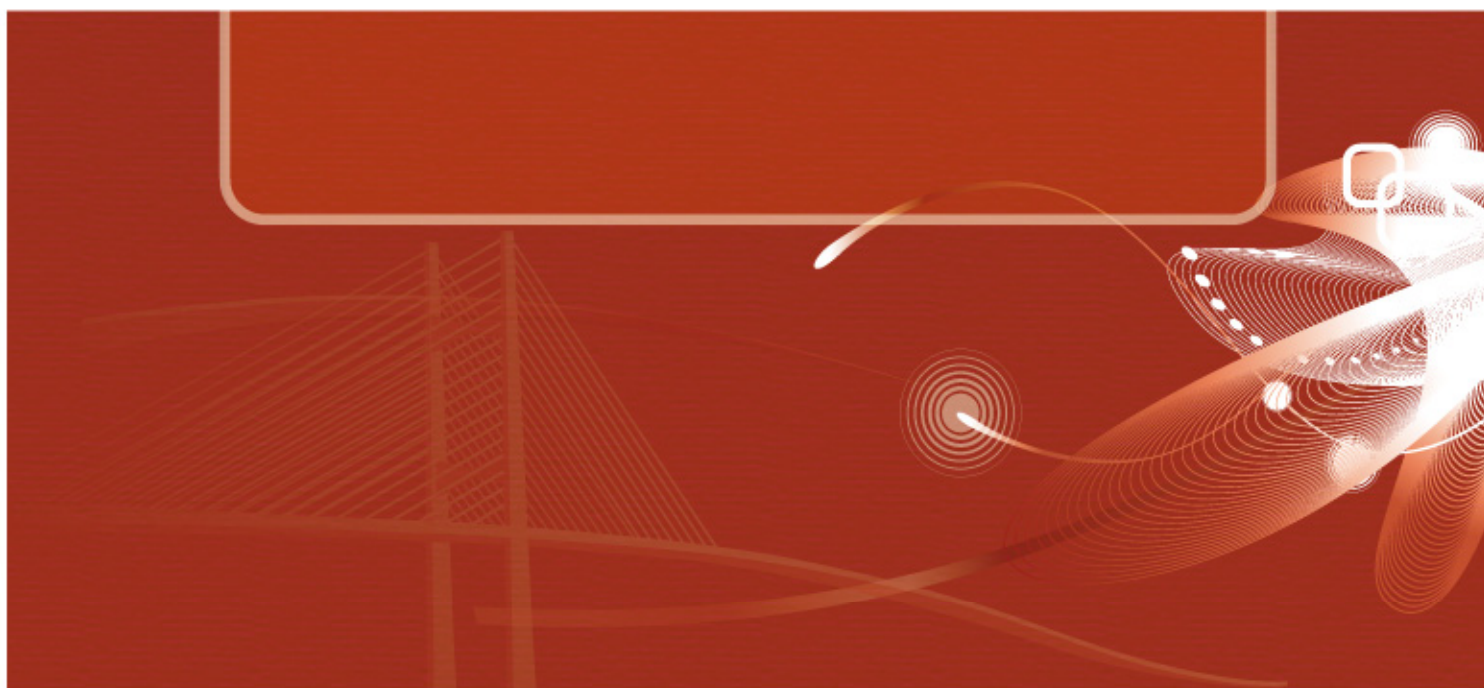
Outras Atividades do BID







Atividades do Setor de Integração e Comércio





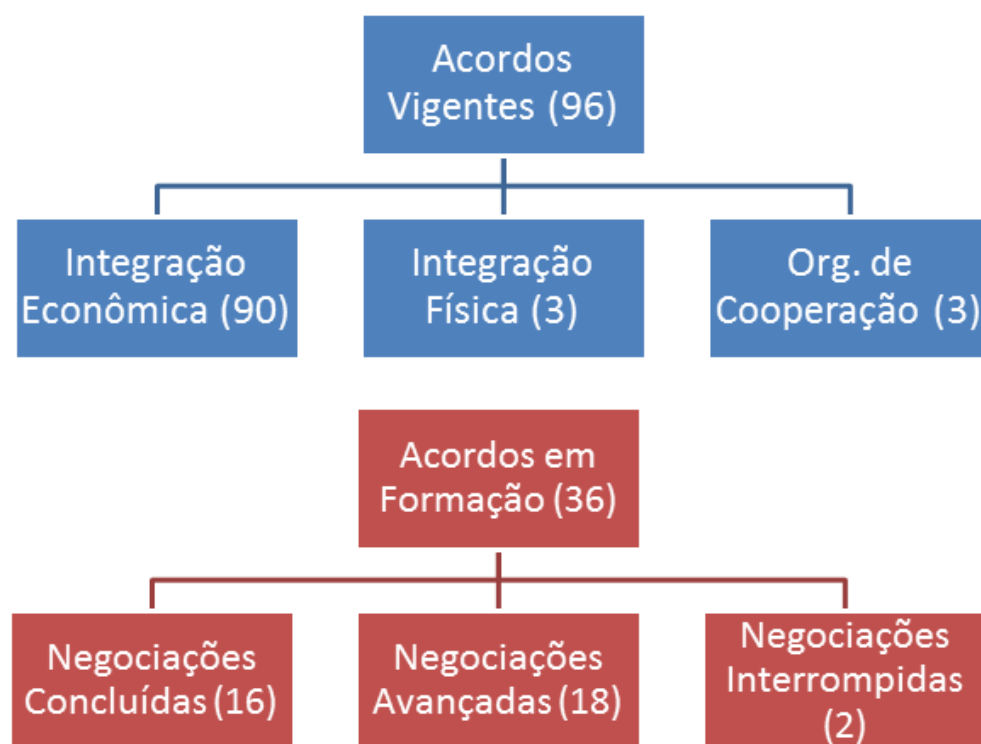
Avanços nas negociações comerciais da região: nova atualização de Instrumentos Jurídicos de Integração

O Intal atualizou o banco de dados dos [Instrumentos Jurídicos de Integração \(IJI\)](#) com as novidades das negociações comerciais compreendidas entre 1º de novembro do 2012 e 31 de janeiro de 2013. O IJI é uma compilação de textos normativos, comentários e acompanhamento dos compromissos jurídicos básicos dos distintos processos de integração da América Latina e do Caribe que é atualizada trimestralmente, incorporando as informações dos períodos terminados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

As informações no banco de dados são organizadas a partir de duas grandes categorias: *Acordos Vigentes* e *Acordos em Formação*. Os primeiros são classificados em 1) Integração econômica, 2) Integração física e 3) Organismos de Cooperação; e os segundos, em Negociações Concluídas, Avançadas e Interrompidas.

Atualmente, o IJI conta com informações sobre 132 acordos e negociações, distribuídos como se indica no Esquema Nº1. Cada um desses acordos apresenta uma introdução, notas de acompanhamento sobre sua evolução, uma seleção de documentos comentada, e outros recursos como bibliografia, links oficiais, etc.

Esquema N°1. Estrutura do IJI e número de acordos de cada categoria
(entre parênteses)



Entre as novidades a destacar no período mencionado e sobre as quais o IJI fornece informações adicionais estão:

- As negociações do Equador com a Guatemala e com El Salvador. O Acordo de Alcance Parcial (AAP) do Equador com a Guatemala se soma às Negociações Concluídas, restando poucos passos para sua entrada em vigor. As negociações para outro AAP desse país com El Salvador se somam as Avançadas depois de concluída a 2ª rodada.
- A 5ª e a 6ª Cúpulas de Presidentes da Aliança do Pacífico.
- A 1ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Celac e a 1ª Reunião Ministerial sobre Infraestrutura para a Integração Física do Transporte, das Telecomunicações e da Integração de Fronteiras.
- A Reunião Ministerial Mercosul-UE, sem avanços substantivos, para um Acordo de

Associação Birregional.

- A entrada em vigor para Honduras do TLC único México-América Central.
- A 14ª Reunião do Conselho Assessor de Ministros do Trabalho da CAN que acordou medidas para a igualdade no tratamento a trabalhadores migrantes entre os países-membros, e a 27ª Reunião de Especialistas Governamentais de Trânsito Alfandegário Comunitário, em cuja agenda esteve o Trânsito Internacional de Mercadorias (TIM), impulsionado pelo BID.
- A 40ª Reunião e a Reunião extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo dos Países do Sica que adotou o Protocolo de Incorporação da República do Panamá ao Sieca e propôs a reforma dos Órgãos, Conselhos e Secretarias do Sistema; realizou-se também a 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Ministros de Energia.
- O Mercosul decidiu o plano de liberalização do comércio intrarregional com a Venezuela e assinou o Protocolo de adesão com a Bolívia.
- A 6ª Reunião Ordinária do Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo da Unasul.
- A 3ª Reunião Ministerial da Unasul/Cosiplan que avaliou os avanços de 2012 e aprovou o Plano de Trabalho 2013.

Com esta nova atualização reafirma-se o compromisso do Intal de facilitar o acesso às informações dos aspectos jurídicos dos processos de integração latino-americanos.

Os esforços neste sentido começaram com a publicação de dois livros de Marcelo Halperin:

“[Ordenamiento jurídico de la integración económica regional en América Latina](#)” de 1986 e

“[Instrumentos básicos de integración económica en América Latina y el Caribe](#)” de 1992.

Em 1998 iniciou-se o fornecimento de atualizações destes mesmos materiais no site do Instituto.

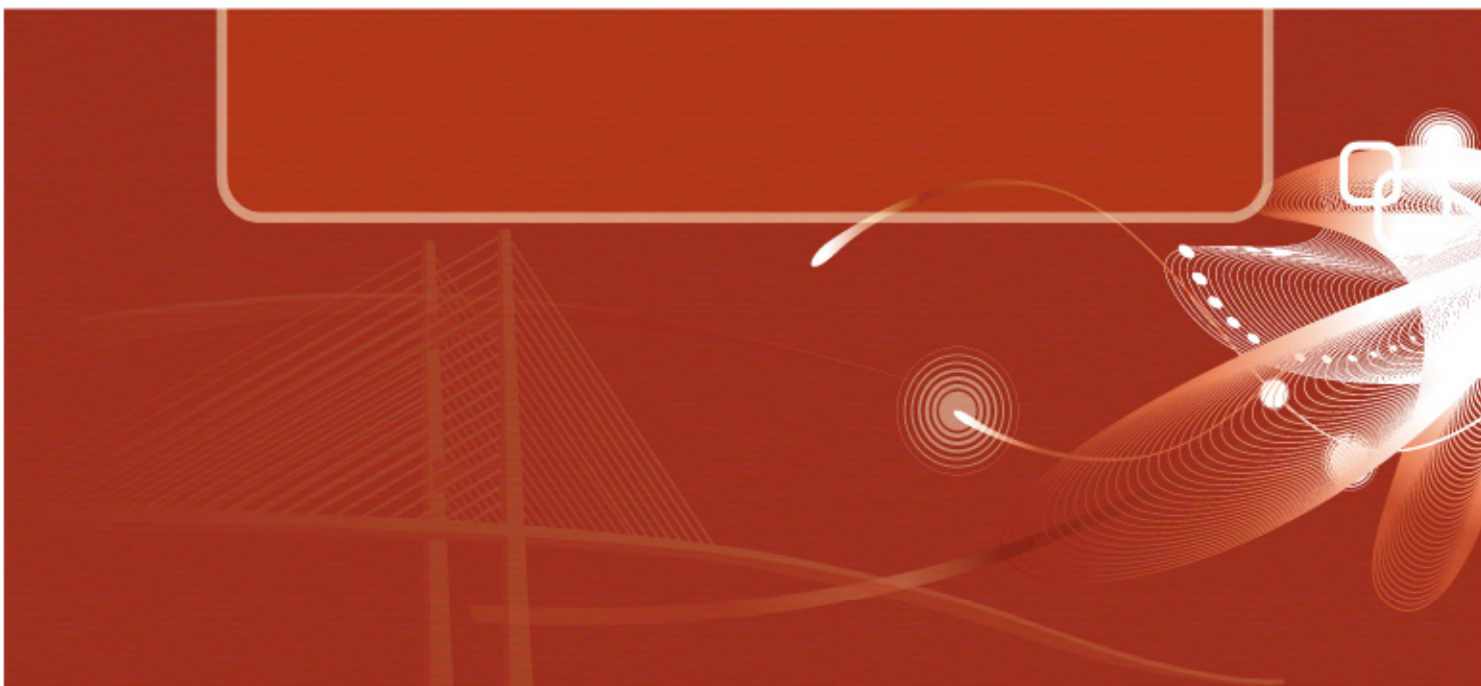
Este banco de dados faz parte do [sistema de informação INTradeBID](#) que também fornece estatísticas detalhadas de importações e exportações, bem como de indicadores que medem a estrutura e o desempenho do comércio na região.

Atualmente, com vistas a melhorar o acesso à enorme quantidade de informações contidas na página, está havendo um trabalho de modernização dos programas de navegação e busca.

Qualquer comentário ou sugestão sobre esta renovação pode ser enviado para sintal@iadb.org



Centro de Documentação INTAL





Resenhas Bibliográficas

ROZAS BALBONTÍN, Patricio; BONIFAZ, José Luis; GUERRA-GARCÍA, Gustavo. El financiamiento de la infraestructura: Propuestas para el desarrollo sostenible de una política sectorial. Santiago: Cepal, 2012. 322 p.

Esta publicação da Cepal analisa o financiamento da infraestrutura física nos países da América Latina e do Caribe (ALC). Para isso identifica os problemas derivados da participação dos agentes privados na implementação de mecanismos de parceria público-privada e propõe recomendações para melhorar esta articulação.

Este trabalho resulta de grande relevância considerando o grande desafio que os países da região têm pela frente na área de fornecimento de serviços de infraestrutura (energia, água e saneamento, telecomunicações e transporte). Comparativamente, tanto os países desenvolvidos como alguns asiáticos que há 30 anos mostravam níveis de fornecimento de serviços de infraestrutura inferiores à ALC hoje a superam amplamente. Este déficit em infraestrutura física tem três consequências principais: a perda de competitividade e produtividade dos agentes econômicos; maiores dificuldades para a redução da pobreza e a melhora na qualidade de vida da população; e a falta de integração dos territórios nacionais e regionais.

Com o objetivo de analisar esta problemática, Rozas, Bonifaz e Guerra-García dividem o estudo em duas partes principais. A primeira se concentra nos mecanismos e instrumentos de participação privada no financiamento da infraestrutura. Os capítulos desta seção examinam os problemas e desafios enfrentados nesta área pela região, as condições para a sustentabilidade de uma política de infraestrutura, a participação do setor privado na indústria da infraestrutura e as fontes e instrumentos de financiamento facilitados por organismos multilaterais e bilaterais.

Aqui os autores argumentam que as necessidades atuais de investimento em infraestrutura dos países da região estão longe de ser atendidas pelos governos, pelos organismos multilaterais ou pelo setor privado, nos termos e valores necessários para zerar o enorme déficit que se apresenta nessa área. Neste aspecto, os diversos mecanismos de financiamento desenvolvidos por parcerias público-privadas na última década poderiam ajudar a aumentar o investimento em infraestrutura em um prazo relativamente curto. Isto deveria ser complementado também com uma melhora dos contratos, o desenvolvimento de garantias e a assistência dos organismos multilaterais.

A segunda parte do livro analisa detalhadamente sete estudos de caso de participação privada em projetos de infraestrutura da região em diferentes setores – sistema viário, serviços sanitários, energia, portos e infraestrutura sanitárias, localizados em vários países (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru) – com ênfase especial nas lições que podem ser extraídas dos acertos e erros identificados em cada exemplo.

Cabe destacar que um dos estudos de caso desta segunda seção é dedicado ao caso da Rodovia Interoceânica IIRSA- Sul do Peru. A Iniciativa para a Integração da [Infraestrutura Regional Sul-Americana \(IIRSA\)](#) é formada pelos 12 países da América do Sul, com o objetivo de modernizar a infraestrutura regional e realizar ações específicas para estimular a integração e o desenvolvimento de sub-regiões isoladas. Para isso, ela contempla mecanismos de coordenação e intercâmbio de informações entre os governos e as três instituições financeiras multilaterais da região: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), de forma a alcançar os objetivos multissetoriais propostos. O projeto da Rodovia Interoceânica Sul é caracterizado aqui como um caso de parceria público-privada de grande relevância tanto pelos montantes de investimento comprometidos como por sua importância geopolítica. Sua principal peculiaridade tem a ver com seu esquema de financiamento, que consiste na criação de um certificado de reconhecimento de pagamento anual por obras (CRPAO) que se constitui como obrigação irrevogável do Estado peruano, mas que não é registrada como endividamento público.

Como conclusões principais do trabalho os autores destacam que para que a região possa conservar e aumentar sua participação nos mercados internacionais é fundamental uma melhora expressiva da sua infraestrutura econômica, tanto no que diz respeito à cobertura e ao acesso aos serviços prestados como à sua qualidade. Para isso o aumento contínuo do investimento público em infraestrutura deve ser considerado uma política de estado, apoiada por acordos de longo prazo e planejamento estratégico. Isto deve ser acompanhado de uma busca de diversificação das fontes de financiamento da cooperação internacional e dos organismos multilaterais bem como de uma política mais firme para atrair novos investimentos privados. Além disso, devem ser ampliados, diversificados e melhorados os esquemas de financiamento público-privado levando em conta os erros e acertos até o momento.

Neste sentido, a principal contribuição deste trabalho está na identificação dos problemas e benefícios concretos no momento de implementar projetos de parceria público-privados, e nas recomendações propostas para melhorar sua aplicação futura na região. Isto tem muito valor considerando que se trata de um dos aspectos do desenvolvimento em que há menos pesquisa empírica e cujo debate se beneficia enormemente por se apoiar em fatos concretos. Desta maneira, o documento constitui um guia imprescindível para a tomada de decisões de funcionários dos setores de infraestrutura dos governos da região.



Alerta Bibliográfica

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#)

Bibliografias em destaque do mês

* Rozas Balbontín, P.; Bonifaz, J. y Guerra-García, G. (2012). El financiamiento de la infraestructura: Propuestas para el desarrollo sostenible de una política sectorial. Santiago: CEPAL.



Autor:Rozas Balbontín, Patricio; Bonifaz, José Luis; Guerra-García, Gustavo
Título:El financiamiento de la infraestructura: Propuestas para el desarrollo sostenible de una política sectorial

Edición:Santiago: CEPAL, 2012 [322 p.]

ISBN:978-92-1-121784-1

Temas:<INFRAESTRUCTURA><PROYECTOS DE INFRAESTRUCTURA><INVERSIONES><DESARROLLO SOSTENIBLE><ESPAÑOL (O CASTELLANO)>

Geográficos:<AMÉRICA LATINA>

Resumen:Esta publicación es el resultado de las iniciativas emprendidas por la Dirección de Planeamiento del Ministerio de Obras Públicas de Chile y la División de Recursos Naturales e Infraestructura de la CEPAL, en el marco del convenio de cooperación técnica que suscribieron dicho Ministerio y la CEPAL en 2006. El objetivo primordial de este trabajo es identificar los problemas derivados de la participación de los agentes privados en la implementación de los mecanismos de asociación público-privada y proponer un conjunto de recomendaciones orientadas a mejorar las sinergias que podrían lograrse con esta articulación. El estudio se refiere a los mecanismos de participación privada en el financiamiento de la infraestructura física de América Latina y el Caribe tendientes a contribuir a un desarrollo sostenible. Se trata de uno de los aspectos del desarrollo en que hay menos investigación empírica y cuya discusión por ende tiene menos fundamentos en hechos concretos. Su importancia radica en el enorme desafío que encaran los países de la región al

enfrentar el progresivo rezago que se ha venido produciendo en la provisión de servicios de infraestructura (energía, agua y saneamiento, telecomunicaciones y transporte) respecto de la evolución de esta industria en los países desarrollados. Aún más preocupante es el rezago respecto de los países emergentes de industrialización tardía, como la República de Corea y otras economías de Asia sudoriental, que hace poco más de tres décadas exhibían niveles de provisión de servicios de infraestructura económica inferiores a varios países de América Latina y que hoy los superan ampliamente.

Accesos al documento:
eHM CEPAL-CUAD. [2012]
Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

* Pérez, C.; Soto de la Rosa, H. y Pellandra, A. (2013).
Integración social en Centroamérica: Situación al 2012,
tendencias y propuestas. México: CEPAL.



Autor:Pérez, Carlos Roberto; Soto de la Rosa, Humberto; Pellandra, Andrea
Título:Integración social en Centroamérica : Situación al 2012, tendencias y propuestas

Edición:México: CEPAL, Enero de 2013 [111 p.]

Serie:CEPAL MX DCL; 1094

Temas:<INTEGRACION SOCIAL><DESARROLLO SOCIAL><POBREZA><EDUCACION><POLITICA DE SALUD><CULTURA><VIVIENDA><MERCADO DE TRABAJO><INFANCIA><ANCIANOS><BIENES PUBLICOS REGIONALES><CONDICIONES SOCIALES><BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, BID><ESPAÑOL (O CASTELLANO)>

Geográficos:<AMERICA CENTRAL>

Resumen:El proceso de integración social centroamericano fue planteado hace varios años como objetivo regional, sin embargo, a la fecha de generación del presente documento, la materialización de dicho proceso no ha sido posible por diversas causas. Para entender este bajo nivel de avance y poder hacer un diagnóstico que permita concretar el proceso de la integración social Centroamericana, es necesario tanto realizar un análisis histórico del proceso como disponer de un conocimiento profundo de la realidad social centroamericana. Ambos elementos son centrales en la definición de opciones para lograr la integración social entre los países de Centroamérica mediante estrategias como la adopción de políticas en conjunto y de manera consensuada, que permitan la creación de bienes públicos regionales en las diversas áreas del desarrollo social como son la educación, salud, vivienda, cuidado infantil y de adultos mayores, empleo, entre otras...

Nota de contenido:

RESUMEN EJECUTIVO [p. 1]

INTRODUCCIÓN [p. 5]

I: ANTECEDENTES, INSTRUMENTOS JURIDICOS, AVANCES Y LIMITACIONES DEL PROCESO DE INTEGRACION SOCIAL CENTROAMERICANA [p. 7]

A: ANTECEDENTES [p. 7]

1: Los inicios del proceso de Integración Regional Centroamericana [p. 7]

2: El tema social en la Integración Regional Centroamericana [p. 8]

B: INSTRUMENTOS JURIDICOS DE LA INTEGRACION SOCIAL EN CENTROAMERICA	[p. 9]
1: La Alianza para el Desarrollo Sostenible de Centroamérica (ALIDES) de 1994	[p. 9]
2: El Tratado de la Integración Social Centroamericana (TISCA) de 1995	[p. 11]
3: Las Bases para una Política Social Centroamericana de 1996	[p. 13]
4: La Agenda Estratégica Social del Sistema de la Integración Centroamericana de 2008	[p. 14]
C: LOGROS Y AVANCES DE LA INTEGRACION SOCIAL CENTROAMERICANA	[p. 17]
1: La estrategia de captación de recursos para la Agenda Estratégica Social del SICA	[p. 18]
2: El Fondo Estructural de Cohesión Social	[p. 19]
D: LIMITANTES Y OBSTACULOS PARA EL LOGRO DE LOS OBJETIVOS DE LA INTEGRACION SOCIAL EN CENTROAMERICA	[p. 20]
1: Conflictos regionales	[p. 20]
2: Limitantes institucionales	[p. 21]
3: Limitantes y obstáculos financieros	[p. 22]
E: EL RELANZAMIENTO DEL PROCESO DE INTEGRACION CENTROAMERICANA	[p. 23]
II: PRINCIPALES PROBLEMAS EN EL AMBITO SOCIAL DE LOS PAISES CENTROAMERICANOS	[p. 26]
A: DIFERENCIAS Y CONVERGENCIAS EN LOS PAISES CENTROAMERICANOS	[p. 26]
B: LA POBREZA EN CENTROAMERICA	[p. 28]
C: LA EDUCACION EN CENTROAMERICA	[p. 31]
D: LA SALUD EN CENTROAMERICA	[p. 34]
E: LA VIVIENDA EN CENTROAMERICA	[p. 36]
F: EN RESUMEN	[p. 38]
III: GRUPOS VULNERABLES EN CENTROAMERICA	[p. 39]
A: CLASIFICACIaN TEMATICA DE VULNERABILIDAD	[p. 39]
B: AMBIENTE Y ENTORNO	[p. 39]
1: Presencia de condiciones de extrema pobreza	[p. 39]
2: Ausencia de manejo sostenible del medio ambiente	[p. 44]
C: SALUD	[p. 45]
1: Problemas de seguridad alimentaria y nutricional	[p. 45]
2: Altos índices de mortalidad en niños y niñas	[p. 46]
D: EDUCACION	[p. 46]
1: Bajos índices de escolaridad y de eficiencia interna	[p. 46]
E: CULTURA	[p. 48]
1: Poblaciones étnicas	[p. 48]
2: Situación de discriminación o riesgo de extinción en términos sociales y culturales	[p. 49]
F: INSTITUCIONAL	[p. 51]

1: Falta de presencia o sobrepasada capacidad del Estado [p. 51]
G: CONSECUENCIAS DE LA VULNERABILIDAD [p. 52]
H: EN SINTESIS [p. 54]
IV: OTRAS OPCIONES PARA REACTIVAR EL PROCESO DE INTEGRACION
CENTROAMERICANA û CREACION DE BIENES PUBLICOS REGIONALES [p.
55]
A: CONCEPTOS BASICOS SOBRE POLITICAS Y BIENES PUBLICOS
REGIONALES [p. 56]
1: Políticas Públicas [p. 56]
2: Bienes Públicos [p. 56]
B: INICIATIVAS PREVIAS DE GENERACION DE BIENES PUBLICOS
REGIONALES EN CENTROAMERICA [p. 59]
1: Iniciativa Salud Mesoamérica 2015 [p. 60]
2: Programa Mesoamericano de Seguridad Vial [p. 61]
3: Programa Regional de Seguridad Alimentaria y Nutricional para
Centroamérica [p. 62]
4: Iniciativa para la promoción de bienes públicos regionales [p. 63]
C: PROPUESTAS DE POLITICAS Y BIENES PUBLICOS REGIONALES PARA
LA INTEGRACION SOCIAL CENTROAMERICANA [p. 64]
1: Política Centroamericana de Cuidado y Desarrollo Infantil Temprano
[p. 65]
2: Acuerdo Centroamericano para la Creación o Adecuación de Centros
de Cuidado y Desarrollo Infantil Temprano con Estándares Mínimos
Regionales [p. 69]
3: Curso virtual de capacitación para docentes de los Centros de
Cuidado y Desarrollo Infantil Temprano [p. 73]
4: Acuerdo regional para la creación del Mercado Centroamericano de
Trabajo [p. 75]
5: Acuerdo Centroamericano de Formación Profesional e Inserción
Laboral [p. 82]
6: Reconversión de los puestos fronterizos entre los países
centroamericanos [p. 87]
V: CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES [p. 91]
BIBLIOGRAFIA [p. 93]
ANEXOS [p. 97]
ANEXO 1: COMPROMISOS EN MATERIA SOCIAL DE LA ALIANZA PARA EL
DESARROLLO SOSTENIBLE [p. 97]
ANEXO 2: REQUISITOS PARA OBTENER LA RESIDENCIA TEMPORAL Y
PERMANENTE EN GUATEMALA [p. 100]

Accesos al documento:
eHM CEPAL.MX-DCL 1094 [2013]
Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

* Como mejorar la competitividad de las pymes en la Unión Europea y América Latina y el Caribe. (2013). Santiago de Chile: CEPAL.



Título: Como mejorar la competitividad de las pymes en la Unión Europea y América Latina y el Caribe = Building SME competitiveness in the European Union and Latin America and the Caribbean = Como melhorar a competitividade das PME na Uniao Europeia e na America Latina e Caribe

Edición: Santiago de Chile: CEPAL, Enero de 2013 [39 p.]

Temas: <COMPETITIVIDAD><PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS, PYMES><RELACIONES COMERCIALES><DESARROLLO

ECONOMICO><DESARROLLO

INDUSTRIAL><PRODUCTIVIDAD><TECNOLOGIA><EMPRESAS><MERCADO DE TRABAJO><DIVERSIFICACION DE LAS EXPORTACIONES><ESPAÑOL (O CASTELLANO)><INGLES><PORTUGUES>

Geográficos: <AMERICA LATINA><CARIBE><EUROPA>

Resumen: Las pymes son agentes económicos que están llamados a jugar un papel renovado muy importante en la dinamización de las relaciones entre América Latina y el Caribe y la Unión Europea. Ambas regiones se encuentran estrechamente vinculadas desde el punto de vista económico, sobre todo a través del comercio y las inversiones directas, así como por el nutrido intercambio histórico de personas e ideas. Hoy el crecimiento de América Latina y el Caribe puede ser un aporte para la mitigación de los efectos de la crisis en Europa. La internacionalización de las pymes, además de contribuir a la generación de empleo y al incremento de los ingresos, brinda la posibilidad de agregar valor en origen e introducir mejoras en la producción que aumenten la participación de este tipo de agentes en los mercados, promoviendo un mayor dinamismo empresarial. Para ello es fundamental reducir las brechas de productividad incorporando tecnología, innovaciones y conocimiento a sus productos, así como impulsar mejoras en la gestión.

Accesos al documento:

E 339.13 / CEPAL-COM / 2013

Documento Electrónico

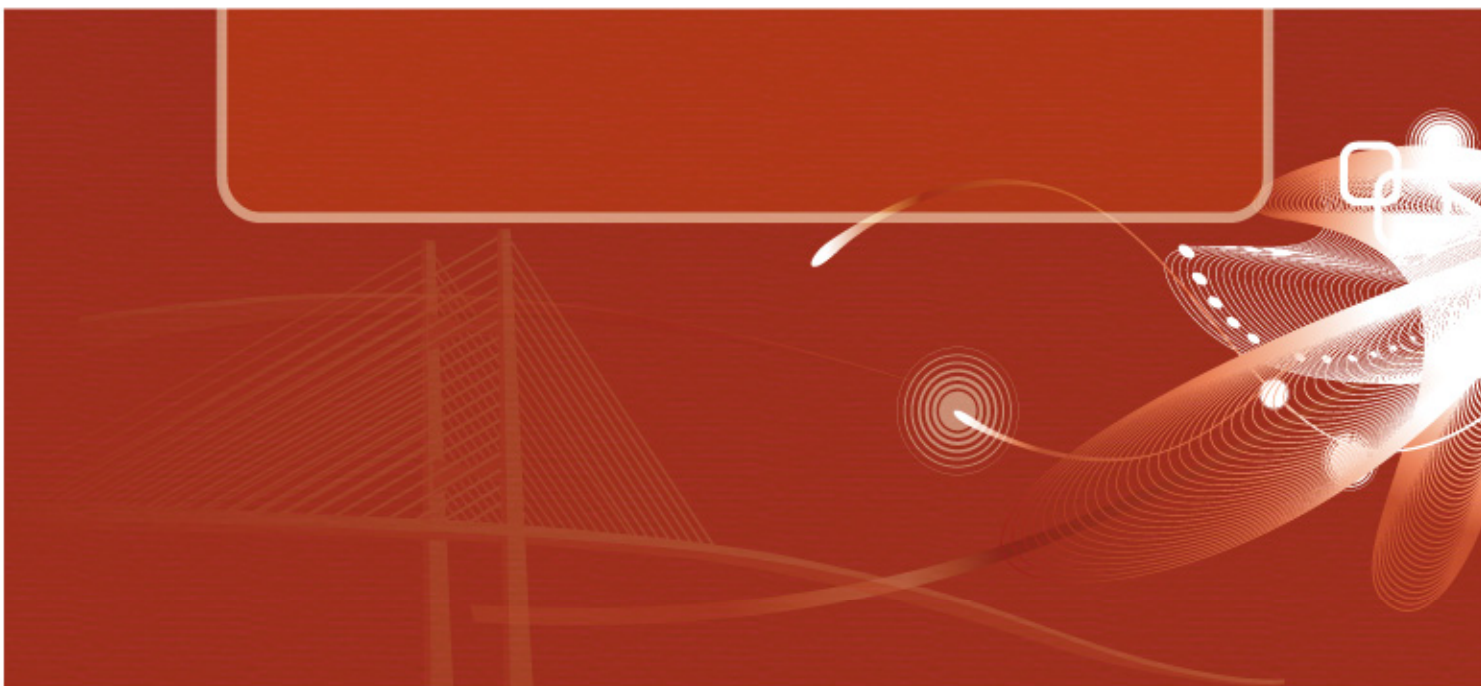
Versión en español ([texto completo](#)). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

English version ([texto completo](#)). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

Versao em português ([texto completo](#)). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)



Redação





Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.

Conselho Diretor:

*Antoni Estevadeordal
Ricardo Carciofi*

Coordenação:

Alejandro Ramos Martínez

Assessoria técnica:

*Rosario Campos
Romina Gayá
Gala Gómez Minujín
Kathia Michalczewsky
Carolina Osorio Duque
Verónica Toscani*

Assistência compilação material:

Enzo Di Muro

Edição:

*Susana Filippa
Pablo Palumbo
Julieta Tarquini*

Edição Web:

*Manuel Crotto
Federico Mazzella*

*R.P.I.: 836373
ISSN: 1027-1899*

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de

Administração, ou dos países que eles representam.

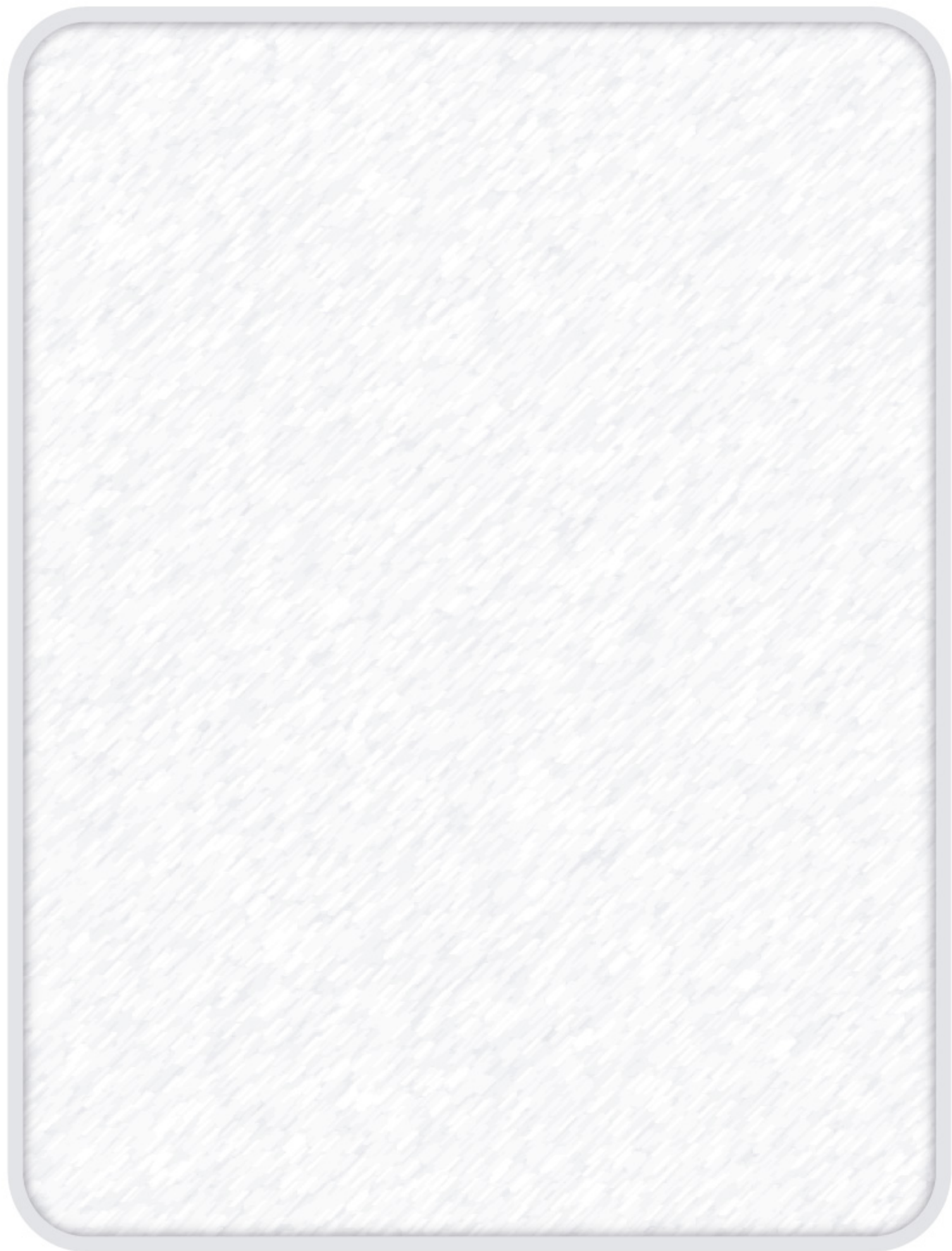
O uso não autorizado para fins comerciais de documentos do Banco é proibido, e pode ser punido no âmbito das políticas do Banco e/ou das leis aplicáveis.

Copyright © [1996] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados; este documento pode ser livremente reproduzido para fins não comerciais.

BID-INTAL □ Esmeralda 130, andáres 11 e 16 □ (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- Road freight in Central America: Five explanations to high costs of service provisions (2012). Washington: World Bank. [Link](#).
- Declaración. (2013). Cumbre Extraordinaria de Jefes de Estado y Gobierno de los Países del SICA [20 de febrero de 2013]. San José de Costa Rica: SICA. [Link](#).
- Comunicado conjunto de los jefes de estado y de gobierno de los países del Sistema de la Integración Centroamericana y el presidente de México. (2013). Cumbre Extraordinaria de Jefes de Estado y Gobierno de los Países del SICA [20 de febrero de 2013]. San José de Costa Rica: SICA. [Link](#).
- Tratado de Libre Comercio entre Costa Rica y Colombia: principales resultados. (2013). San José de Costa Rica: Ministerio de Comercio Exterior de Costa Rica. [Link](#).
- Cunha, Barbara and Jaramillo, C. Felipe (2013). Trade and Logistics in Central America: A Survey of Recent Analytical Work. Washington: World Bank. [Link](#).
- World Bank. (2012). Unlocking the Central America's export potential: Export Performance. Washington: World Bank. [Link](#).
- World Bank. (2012). Unlocking the Central America's export potential: Unlocking Potential at the Sector Level: Value Chain Analyses. Washington: World Bank. [Link](#).
- World Bank. (2012). Unlocking the Central America's export potential: Unlocking potential in rural areas: geographic analysis. Washington: World Bank. [Link](#).
- World Bank. (2012). Unlocking the Central America's export potential: Infrastructure for unlocking exports: SEZs, innovation and quality Systems. Washington: World Bank. [Link](#).
- Acuerdo marco de cooperación técnica y científica entre la República Oriental del Uruguay y el Estado Plurinacional de Bolivia (6 de Septiembre de 2012). La Paz: Estado Plurinacional de Bolivia. [Link](#).
- Comercio, servicios y desarrollo: los retos regulatorios e institucionales. Nota de la secretaría de la UNCTAD. [Link](#).



INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento